



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000421-36.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **CUSTÓDIA DOS SANTOS VIEIRA**
Requerido: **Vivo Telefônica Brasil SA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que mantinha linha telefônica há vários anos junto à operadora Telefônica Brasil, tendo após a fusão entre esta e a Vivo passado a receber ligações dando conta de que era necessária a troca daquela linha por outra.

Alegou ainda que aceitou a proposta que lhe foi feita, sucedendo então o cancelamento de sua linha original.

Salientou, porém, que não houve instalação da linha nova, não obstante as várias tentativas sem êxito empreendidas para a solução do problema.

Como se não bastasse, destacou que a ré chegou a emitir faturas da nova linha, ainda sequer instalada, as quais foram canceladas após provocação junto ao PROCON local.

Almeja à condenação da ré a proceder a instalação da nova linha, bem como ao recebimento de indenização para ressarcimento dos danos morais que suportou.

A ré em contestação não refutou especificamente os fatos articulados pela autora.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Limitou-se a tecer considerações sobre a impossibilidade técnica de realizar novas instalações pela alteração da tecnologia de linhas telefônicas, mas em momento algum produziu prova minimamente consistente no sentido de que era essa a situação trazida à colação.

Outrossim, não negou que a alteração aqui verificada derivou de sua iniciativa junto à autora, cumprindo registrar que ela importou inclusive a modificação do número da linha, ao que anuiu a autora.

Nesse contexto, é de rigor reconhecer a responsabilidade da ré em efetivar a instalação da linha vendida à autora, inexistindo razão consistente que justificasse que isso até agora não aconteceu.

Já quanto à existência de danos morais da autora, tenho-os como presentes.

O episódio noticiado teve princípio há aproximadamente dois anos e não se sabe concretamente por qual razão a ré não levou a cabo a instalação da linha em pauta.

Chegou inclusive a emitir faturas a despeito da ausência da instalação, cancelando-as em face de provocação pelo PROCON local (fl. 24), mas mesmo assim se manteve inerte em colocar a linha em regular funcionamento.

Os dissabores sofridos pela autora a partir disso e que se prolongam por cerca de dois anos não podem ser desprezados ou considerados como próprios da vida cotidiana, até porque a importância das linhas telefônicas nos dias atuais é patente, servindo como meio ágil à comunicação das pessoas.

Entendo, portanto, que a ré por sua desídia causou danos morais à autora e deverá repará-los.

Todavia, o valor da indenização não haverá de ser o proclamado pela autora, que se afigura excessivo.

À míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica dos litigantes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização pelos danos morais suportados pela autora em cinco mil reais.

Por oportuno, e diante da prolação da presente, assinalo que eventual execução da multa prevista na decisão de fl. 27 deverá suceder oportunamente.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para: a) determinar à ré que no prazo de dez dias providencie a ligação e/ou instalação da linha telefônica nº (16) 3378-7454 na residência da autora, sob pena de multa diária equivalente a R\$ 100,00, até o limite de R\$ 3.000,00; b) condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 5.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Torno definitiva a decisão de fl. 27.

Caso a ré não efetue o pagamento (item b supra) no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento (item a supra) na forma da Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

-São Carlos, 07 de maio de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**